

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ACTA NÚMERO SETE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA QUINZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE.-----

Aos quinze dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, nesta cidade de Santiago do Cacém e Salão Nobre dos Paços do Concelho, compareceram o Senhor Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Manuel Botelho Mourão, Álvaro dos Santos Beijinha e Maria dos Anjos Amador Raposo Polícia, Vereadores, a fim de se efectuar a reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

Verificou-se a ausência do Senhor Vereador José Rosado, em férias.-----

Como se achavam em número legal para se constituírem em Reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta, pelo Senhor Presidente, às nove horas e trinta e cinco minutos. ---

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

Foi deliberado, por unanimidade, considerar justificada a ausência do Senhor Vereador José Rosado.-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

ASSUNTOS VÁRIOS-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor António Inverno que apresentou, por escrito, os seguintes assuntos: -----

“HERBICIDAS – Mais uma vez se seguiu a metodologia anterior de espalhar herbicidas em pleno dia (14 horas do dia 31 de Janeiro último) em zona de grande movimento (Avenida Nuno Álvares Pereira – cruzamento com a Rua 1º de Dezembro). Nos passeios não havia qualquer vestígio de ervas. Os trabalhadores actuavam sem qualquer protecção e sem qualquer respeito por quem estava ou passava. -----

RUA PADRE ANTÓNIO MACEDO – Em frente dos números de polícia 21 a 26 a calçada está levantada há meses e até já saiu um cubo de pedra que está no passeio.-----

LARGO PROFESSOR ANTÓNIO VILHENA – O alargamento feito foi uma melhoria, mas não a solução ideal. A obra não está concluída e a passagem de peões na Rua Professor Egas Moniz é um perigo para os peões, pois o estacionamento até mesmo à passagem não permite ver o trânsito descendente, nem este vê os peões. -----

Problemas em estradas nacionais – Carta de 22/1/07 para a Direcção de Estradas de Setúbal. Prazo do nº4 do artigo 80º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro – Fotocópia. -----
Programa “A Alma e a Gente”.” -----

Sobre o último assunto, considerou que a referência feita pelo Professor Hermano Saraiva no programa sobre Santiago do Cacém, de que Miróbriga foi um antigo porto de mar, não é realista, acrescentando que já se informou sobre o assunto e o que lhe disseram é que a altimetria daquelas Ruínas é de duzentos metros, pelo que, se o mar subisse até àquele Sítio, inundaria parte do Baixo Alentejo. -----

O Senhor Presidente referiu que há duvidas sobre a sustentabilidade científica daquela e de outras afirmações que o Professor fez, as quais foram contestadas, numa reunião com o mesmo, pelo Dr. Sérgio Bento, Dr. António Falcão e Dra. Filomena Barata. -----

Relativamente ao parecer da ATAM, o Senhor Vereador Álvaro Beijinha, começou por referir que o Senhor Amílcar Pinto, que emitiu o parecer, não tem formação jurídica,

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

acrescentando que, sobre a celeridade nos autos de vistoria, já explicou a sua interpretação, em anterior reunião de Câmara. -----

O Senhor António Inverno referiu que a ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, é uma Associação credível, ouvida e respeitada pelo próprio Governo, acrescentando que o técnico que emitiu o parecer é uma pessoa com uma vasta experiência em direito administrativo e que aquele parecer foi assinado por um jurista e será sancionado numa RAP – Reunião de Aperfeiçoamento Profissional. -----

Acrescentou que o direito dos cidadãos está primeiro, o que não foi tomado em conta pelo Senhor Vereador, relativamente à vistoria em causa. -----

O Senhor Presidente referiu que sempre se colocam dúvidas relativamente à interpretação jurídica, dando como exemplo os diferentes pareceres sobre a constitucionalidade de alguns artigos da Lei das Finanças Locais. -----

O Senhor António Inverno considerou que, em caso de dúvida, a decisão deve ser a favor dos munícipes. -----

Sobre a questão dos herbicidas, o Senhor Presidente referiu que este serviço tem que ser feito no horário normal de trabalho, acrescentando que o mesmo está a ser desenvolvido com acompanhamento técnico e que a informação que tem, é que são tomadas precauções relativamente aos transeuntes. Mais referiu que, em relação à utilização dos meios de protecção dos trabalhadores que executam esta tarefa, eles existem, embora alguns resistam à sua utilização. -----

Relativamente à situação da calçada na Rua Padre António Macedo, referiu que, as chuvas danificaram as vias em muitos locais, não sendo possível à equipa de calceteiros, responder com a celeridade desejada a todas as situações. -----

No que se refere ao Largo Professor António Vilhena, referiu que a intervenção feita foi no sentido de corrigir a situação que existia, a qual apresentava vários problemas, acrescentando que, entre outras alterações, foi recuada a posição da passadeira, foi prolongada a linha separadora e alterada a localização da sinalização vertical que estava na curva e passou para o interior da gota, não estando ainda os trabalhos concluídos. -----

Mais referiu que existem muitos problemas nas vias rodoviárias que atravessam o Município, os quais irá tratar na reunião agendada com o Director de Estradas. -----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – BAIRRO DA PETROGAL – INTERVENÇÃO NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra aos munícipes presentes, residentes naquele Bairro, tendo começado por usar da palavra o Senhor João Lourenço Marques, o qual referiu que, no início de Agosto do ano transacto, se deslocou à Câmara Municipal para entregar uma carta onde expôs os problemas relativos à mudança do colector de água naquele Bairro e a sua interferência na canalização que passa nos logradouros das habitações. Acrescentou que a resposta chegou agora com a ameaça latente da cessação unilateral dos contratos e consequente corte do abastecimento de água. -----

Mais informou que nem a Câmara Municipal nem as Águas de Santo André, se dirigiram aos residentes para expor a situação, decidindo, arbitrariamente, onde colocar o colector. Assim como não informaram os mesmos sobre os locais onde passava a rede de água. -----

Acrescentou que não cabe aos utentes fazer as obras, embora tenha havido pessoas que se assustaram e começaram a desenvolver acções nesse sentido. -----

Mais referiu que se trata de obras consolidadas e que seria conveniente que alguém fosse ver aquela situação. -----

O Senhor Presidente informou que este assunto está a ser tratado pela Divisão de Ambiente e Saneamento Básico, pelo que irá falar com o Chefe daquela Divisão, Engº Siborro, para se inteirar da situação. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Mais referiu que da leitura que fez do ofício remetido aos moradores por aqueles Serviços, não interpreta que seja feita uma ameaça. -----

Acrescentou que, da intervenção do Senhor João Lourenço Marques, interpretou que há disponibilidade dos moradores para resolver este problema. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Eduardo Neto, o qual informou que estava em representação dos seus pais, os quais são pessoas idosas. Acrescentou que também interpretou o conteúdo do ofício da Câmara Municipal como uma ameaça, tendo os seus pais ficado muito nervosos com esta situação, considerando abusivo e violento ameaçar as pessoas com o corte da água, dado que sempre cumpriram com as obrigações constantes no contrato. Mais referiu que o terreno foi adquirido à Câmara Municipal sem quaisquer ónus ou encargos e desconheciam que passava uma conduta no terreno onde a mesma se situa. -----

Referiu também que tem havido falta de diálogo neste processo e considerou que devia ser feita uma reunião com os moradores para se encontrar uma solução, de forma a que as obras tivessem o menos impacto possível, tendo em conta que foram feitos arranjos exteriores, onde foram aplicados materiais que já não existem no mercado. Acrescentou que, tecnicamente, considera correcto o que se pretende fazer. -----

-----INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente propôs a inclusão dos seguintes assunto na ordem do dia:-----

- UNIÃO SPORT CLUB - Transferência de verba para o União Sport Club-----

- CASA DO POVO DE ALVALADE - Cedência de terreno para construção de Lar de Idosos e Creche, em Alvalade.-----

As propostas foram aprovadas, por unanimidade. -----

-----ORDEM DO DIA-----

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia catorze de Fevereiro do ano em curso, eram as seguintes:-----

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 527.521,37 € (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e vinte e um euros e trinta e sete centimos). -----

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 365.472,31 € (trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois euros e trinta e um centimos). -----

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Insistência de Pedido de Audiência -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo do Gabinete de Apoio ao Presidente-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente -----

TOMAR CONHECIMENTO do ofício remetido ao Senhor Secretário de Estado da Administração Interna – Dr. Ascenso Simões – a insistir para a realização de audiência sobre as intempéries ocorridas, no passado mês de Novembro, no Concelho de Santiago do Cacém. -----

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Plano de Ordenamento da Albufeira de Fonte Serne -----

LOCALIZAÇÃO: Município de Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo do Gabinete de Apoio ao Presidente-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente -----

TOMAR CONHECIMENTO da aprovação do Plano de Ordenamento da Albufeira de Fonte Serne, conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 15/2007, de 31 de Janeiro. -

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Plano de Ordenamento da Albufeira de Campilhas-----

LOCALIZAÇÃO: Município de Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo do Gabinete de Apoio ao Presidente-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente -----

TOMAR CONHECIMENTO da aprovação do Plano de Ordenamento da Albufeira de Campilhas, conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 17/2007, de 5 de Fevereiro em anexo. -----

OBSERVAÇÕES: O Senhor Vereador Pedro do Ó Ramos congratulou-se com ambas as Resoluções, questionando, se já havia interessados em investir nos equipamentos turísticos. O Senhor Presidente informou que havia potenciais interessados, questão que abordará, em altura própria. -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Empreitada de Execução do Parque Urbano da Quinta do Chafariz em Santiago do Cacém-----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo número trinta e três de dois mil e cinco da Divisão de Obras Municipais e Equipamento. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente -----

PROPOSTA: Aprovar a suspensão dos trabalhos, pelo período de um mês, na zona do poço e do edifício. -----

FUNDAMENTOS: 1. Em consequência de algumas indefinições de projecto nomeadamente, decisão sobre qual a solução a adoptar para a estrutura de suporte da cobertura do edifício uma vez que a distância entre as madres é muito grande e conclusão do projecto da zona do poço com vista à execução de um adicional. -----

Não podendo ser possível continuar os trabalhos de forma normal de acordo com o plano de trabalhos, propõe-se a suspensão dos referidos trabalhos da obra em epígrafe pelo período de 1 mês de forma a tornar possível a resolução dos problemas atrás descritos. -----

2. nº 2 do artº 186 do Dec. Lei nº 59/99, de 2 de Março. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por maioria, com três votos a favor, do senhor Presidente e dos senhores Vereadores, Margarida Santos e Álvaro Beijinha, eleitos da CDU. Três abstenções, do Senhor Vereador Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, e dos senhores Vereadores Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia, eleitos do PS.-----

ENTIDADE: AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE ALVALADE -----

ASSUNTO: Transferência de verba -----

LOCALIZAÇÃO: Alvalade -----

REFERÊNCIA: Processo número 31.1.1 com informação nº 222 da Divisão Sócio Cultural.-----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos-----

PROPOSTA: Aprovar a transferência de verba no valor de 1.300,00 € (mil e trezentos euros) referente a despesas logísticas e a 600 refeições, servidas pela EB 2, 3 de Alvalade, aos alunos e professores participantes no Corta-Mato Escolar Concelhio, realizado em 10 de Janeiro de 2007 em Alvalade. -----

FUNDAMENTOS: 1. As escolas que colaboraram na organização do Corta-Mato Escolar Concelhio prestam um apoio muito importante na sua divulgação e organização contribuindo assim, para a dinâmica desportiva do nosso Concelho.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

2. Ao abrigo da alínea a) do nº 4 do artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Carnaval das Escolas / 2007 – Desfile na Cidade de Santiago do Cacém -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: 30.7 - Programas e Iniciativas da DEASS/SASETEGE, informação n.º 025/DEASS/SASETEGE/07 de 2007/02/07.-----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos-----

PROPOSTA: 1. Que a animação do Desfile de Carnaval das Escolas/2007 na Cidade de Santiago do Cacém seja assegurada pela empresa UrbiAnima – Produções e Eventos, Lda.;
2. Oferta de materiais de carnaval (serpentinhas, confettis e apitos) às crianças e alunos participantes nesta iniciativa, os quais serão previamente distribuídos às escolas, bem como certificados de participação a serem entregues a todas as crianças/alunos. -----

PREVISÃO DE CUSTOS -----

Animação do Desfile: 3.146,00 € (três mil, cento e quarenta e seis euros); -----

Materiais de Carnaval: 681,17 € (seiscentos e oitenta e um euros e dezassete cêntimos); -

TOTAL PREVISTO: 3.827,17 € (três mil, oitocentos e vinte e sete euros e dezassete cêntimos) -----

FUNDAMENTOS: Tem constituído prática da Câmara Municipal de Santiago do Cacém organizar conjuntamente com os estabelecimentos de educação e ensino da Cidade de Santiago do Cacém e localidades próximas o Desfile de Carnaval.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente e dos senhores Vereadores Margarida Santos e Álvaro Beijinha, eleitos da CDU, e do Senhor Vereador Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD. Duas abstenções dos senhores Vereadores, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia, eleitos do PS.-----

ENTIDADE: UNIÃO SPORT CLUB-----

ASSUNTO: Transferência de verba para o União Sport Club -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo número 02/2007-3.3.2/2 com informação nº 27/2007 da Divisão Sócio Cultural. -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos-----

PROPOSTA: 1. Aprovar a transferência de verba num valor total de 21.950,00 € (vinte e um mil novecentos e cinquenta euros) para o União Sport Club. -----

2. A verba agora atribuída será tida em conta em termos de protocolo a celebrar futuramente. -----

FUNDAMENTOS: 1. Tendo o protocolo com o União Sport Club cessado em Julho de 2006 e não celebração de novo protocolo à actual data. -----

2. O apoio financeiro atribuído às entidades desportivas do Concelho, constitui um importante suporte para o desenvolvimento e consolidação das suas actividades, proporcionando aos munícipes uma ocupação saudável e activa nos seus tempos livres. ----

3. Ao abrigo da alínea a) do nº 4 do artigo 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Subarrendamento de espaço - Colégio de S. José. -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém.-----

REFERÊNCIA: Processo nº 03.04-03 de dois mil e dois do Serviço de Património.-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador José Rosado. -----

PROPOSTA: 1º - Aprovar a cedência do espaço correspondente à sala n.º 6, do 3º piso do antigo “Colégio de S. José” a Litoral Press – Edições e Marketing, Lda, a fim de aí instalar a “Redacção do Jornal “Litoral Alentejano””, celebrando-se contrato de subarrendamento, com início em 1 de Janeiro de 2007; -----

2º - Aprovar a renda mensal de 85,65 Euros (oitenta e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos);-----

3º - Aprovar a Minuta do Contrato, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Secretário da reunião. -----

FUNDAMENTOS: Em 5 de Março de 1999, foi realizada a Escritura de Arrendamento do antigo “Colégio de S. José”, para nele funcionarem actividades de carácter cultural e educativo. -----

De acordo com a alínea f) nº 1 do Artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Assuntos resolvidos no uso de competência delegada -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém.-----

REFERÊNCIA: Processo número 03DGU/SAU, de dois mil e sete, da Secção de Administração Urbanística. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha.-----

TOMAR CONHECIMENTO da Informação, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Secretário da reunião. -----

ENTIDADE: KIMBO, COOPERATIVA DE HABITAÇÃO, CRL -----

ASSUNTO: Recepção Provisória das obras de urbanização do Loteamento Municipal do Eucalipto – Vila Nova de Santo André. -----

LOCALIZAÇÃO: Loteamento Municipal do Eucalipto – Vila Nova de Santo André. -----

REFERÊNCIA: Processo de infra-estruturas nº 42001/2002.-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha. -----

PROPOSTA: Aprovar a recepção provisória das obras de urbanização, ficando cativo, relativamente à Garantia Bancária nº 0731.000027.288.0019 da Caixa Geral de Depósitos o valor de 23.770,00 € (vinte e três mil, setecentos e setenta euros) que corresponde a 10% do valor total da obra, que será libertado com a recepção definitiva.-----

FUNDAMENTOS: 1 - Com o alvará de obras de urbanização nº 01/2003, de 30.05.2003, ficou o requerente obrigado a executar obras de urbanização que constavam de arruamentos, arranjos exteriores, rede de águas, rede de esgotos domésticos, rede de esgotos pluviais, rede de telecomunicações, rede eléctrica e rede de gás. -----

2 – Foram realizadas diversas vistorias ao local tendo-se constatado que se encontravam concluídos os trabalhos a que os promotores estavam obrigados.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

3 – Constam no processo os relatórios de vistorias das diversas entidades exteriores envolvidas a recepcionarem as correspondentes obras. -----

Foi apresentada a garantia bancária nº 0731.000027.288.0019 da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 237.700 € (duzentos e trinta e sete mil e setecentos Euros) para garantir a boa e atempada execução das obras de urbanização. -----

Em conformidade com o nº 5 do artigo 54 do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 04/06, considera-se estarem reunidas as condições para a recepção provisória das obras de urbanização, ficando cativo relativamente à Garantia Bancária nº 0731.000027.288.0019 da Caixa Geral de Depósitos o valor de 23.770,00 (vinte e três mil, setecentos e setenta euros) que corresponde a 10% do valor total das obras a executar que será libertado com a recepção definitiva da obra. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Revogação da deliberação de Câmara de 18/05/2006 referente à reversão do lote nº 28 do Loteamento Municipal da Abela. -----

LOCALIZAÇÃO: Abela. -----

REFERÊNCIA: Processo SAM 11.01.28 – Despacho do Sr. Vereador de 03/10/2006. ----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: Face à exposição feita pela munícipe em sete de Junho de dois mil e seis, propõe-se:-----

1º - Que a deliberação de Câmara de 18/05/2006, que visa efectuar a reversão do lote nº 28 do Loteamento Municipal da Abela seja revogada. -----

2º - Que seja concedido o prazo de doze meses para início da construção mais 24 meses para terminus da mesma. -----

FUNDAMENTOS: Parágrafo único do nº 1 do artº 7º do Regulamento de Venda de Terrenos em Regime de Propriedade Plena. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Rectificação da deliberação de Câmara de dezoito de Maio de dois mil e seis. -----

LOCALIZAÇÃO: Abela. -----

REFERÊNCIA: Deliberação de Câmara de dezoito de Maio de Dois Mil e Seis (proposta de agenda nº 08/STH/DOTP/, Reversão do lote nº 23 do Loteamento Municipal da Abela. --

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: Que seja rectificado o 1º parágrafo da proposta que diz: -----

“O Lote nº 23 do Loteamento Municipal da “Abela”, foi cedido em 18/04/1983, tendo sido efectuada escritura pública de cessão onerosa do Direito de Superfície em 14/12/1984 entre o Município e António José Parreira”. -----

Para: -----

“O Lote nº 23 do Loteamento Municipal da “Abela”, foi **cedido em 18/04/1983**, tendo sido efectuada escritura pública de cessão onerosa do Direito de Superfície em **14/12/1984 entre o Município e Maria Antónia José em representação do seu filho menor Joaquim António José Parreira**”.-----

FUNDAMENTOS: Nº 1 do artº 148º do Decreto-Lei nº 442/91, de 15/11 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31/12 – Código do Procedimento Administrativo.

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Reversão do lote nº 15 do Loteamento Municipal do Roncão. -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém.-----

REFERÊNCIA: Informação nº 20/STH/DOTP/06 de três de Maio de Dois Mil e Seis. ----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: O Lote nº 15 do Loteamento Municipal do Roncão, foi cedido em 12/03/2001, alienado por escritura pública celebrada em 15/03/2001, entre o Município e Fernanda Maria Costa, em regime de propriedade plena, pelo preço de 7.901,40 € (Sete mil novecentos e um euros e quarenta centimos), com Reserva de Propriedade de acordo com o Regulamento de Venda de Terrenos em Regime de Propriedade Plena. -----

Verificada a não existência de qualquer construção no lote; propõe-se que: -----
Face ao incumprimento das obrigações previstas no citado documento, se proceda à reversão do lote 15 do Loteamento do Roncão e que seja devolvido ao munícipe, parte do montante pago (7.901,40€), deduzido de 1/3 (2.633,80 €), o que perfaz o valor de 5.267,60 € (Cinco Mil Duzentos e Sessenta e Sete Euros e Sessenta Centimos). -----

FUNDAMENTOS: Artº 7º do Regulamento de Venda de Terrenos em Regime de Propriedade Plena, Cláusula Quarta do Documento Complementar à Escritura com respeito pela Cláusula Quinta deste documento e pelo nº8 do artº 3º do Regulamento em referência.-

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Proposta de apoio à caiação no Centro Histórico e Freguesia de Santiago do Cacém-----

REFERÊNCIA: Informação número quatro do Gabinete de Reabilitação Urbana e do Património/Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística de dois de Fevereiro de dois mil e sete. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha-----

PROPOSTA: Promover uma campanha de Apoio à caiação, entre 02 de Abril de 2007 e 31 de Outubro de 2007, que reveste as seguintes características: -----

1. Cedência gratuita de cal, pigmentos e materiais de pintura (pincéis) aos munícipes do Centro Histórico de Santiago do Cacém, podendo também ser alargada à restante freguesia caso existam interessados; -----
2. Os destinatários desta acção são os residentes / arrendatários / proprietários;-----
3. O local de fornecimento da cal, pigmentos e materiais será a Junta de Freguesia de Santiago do Cacém; -----
4. Os materiais serão cedidos mediante o preenchimento de modelo próprio, na Junta de Freguesia, sendo uma cópia do mesmo remetido ao GRUP (Gabinete de Reabilitação Urbana e Património); -----
5. O material de pintura (pincéis) é cedido apenas uma vez até ao limite máximo de dois por edifício, aquando do primeiro fornecimento de cal;-----
6. A cal fornecida será proporcional à área a caiar, e sê-lo-á apenas uma vez por ano; -----
7. O GRUP assumirá os esclarecimentos técnicos e o acompanhamento das diversas intervenções que vierem a verificar-se no Centro Histórico.-----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com a alínea b) do nº 4 do artigo 64 e alínea c) do artigo 24 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea c) do artigo 24 da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e nº 1 do artigo 30 do RMEU. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Alteração de topónimo em Santiago do Cacém (Rua da Liberdade –para Rua Dom Fernando de Almeida) -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Informação número vinte e quatro da Divisão de Ordenamento do Território e Projecto de trinta e um de Janeiro de dois mil e seis.-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha -----

PROPOSTA: Que seja aprovado a alteração de topónimo em Santiago do Cacém, para a rua atrás do Museu, conforme assinalados na carta anexa, de “Rua da Liberdade”, para: ----

Rua - D. Fernando de Almeida -1903 – 1979-----

FUNDAMENTOS: A necessidade de se proceder à alteração de um topónimo na cidade de Santiago do Cacém, em virtude de existirem dois arruamentos com a mesma designação. ---

Proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Santiago do Cacém. -----

Nos termos do artigo 64º número 1 alínea v) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Atribuição de Números de Polícia no Loteamento do Arneiro Novo, Aldeia de Santo André -----

LOCALIZAÇÃO: Santo André Aldeia-----

REFERÊNCIA: Informação número vinte e nove da Divisão de Ordenamento do Território e Projecto de sete de Fevereiro de dois mil e sete. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha -----

PROPOSTA: Que sejam aprovados os números de polícia para o Loteamento do Arneiro Novo, Aldeia de Santo André:-----

- Rua do Aldeamento: nºs **2, 4, 6, 8.** -----

- Rua do Alto: nºs **3, 5, 7, 9.** -----

FUNDAMENTOS: Nos termos do artigo 64º número 1 alínea v) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Atribuição de Toponímia e Números de Polícia no Loteamento do Carrascal, Santiago do Cacém -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Informação número trinta da Divisão de Ordenamento do Território e Projecto de sete de Fevereiro de dois mil e sete. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha -----

PROPOSTA: Que seja a aprovada a toponímia e numeração de polícia para as ruas do Loteamento do Carrascal, nomeadamente: -----

- Rua António Cipriano (Donana), nºs **1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13;**-----

- Rua do Joaquim Limão (sapateirinho), nºs **1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13;**-----

- Rua José Joaquim Rodrigues, nºs **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29 e 30.** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

- Rua Irene Berta Lopes Pires Gancho, nºs 1, 2, 3, 4; -----

- Rua António José Gonçalves Ferreira, nº 1 e 3; -----

FUNDAMENTOS: Parecer da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém. -----

Nos termos do artigo 64º número 1 alínea v) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Atribuição de Números de Polícia em Loteamentos sítios em Ermidas Sado

LOCALIZAÇÃO: Ermidas Sado-----

REFERÊNCIA: Informação número vinte e seis da Divisão de Ordenamento do Território e Projecto de dois de Fevereiro de dois mil e sete. -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha -----

PROPOSTA: Que sejam aprovados os números de polícia para os Loteamentos Municipais do Pomarinho e Parque Urbano e Loteamento apoiado de José Esperança do Ó. -----

- Rua Nova do Pomarinho: nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28. -----

- Praça do Pomarinho: nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.-----

- Rua nº 30: nºs 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40 e 42.

- Rua Ocidental do Pomarinho: nºs 2, 4, 6, 8, 10, 12 e 14. -----

- Rua Oriental do Pomarinho: nºs 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15. -----

FUNDAMENTOS: Nos termos do artigo 64º número 1 alínea v) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: “Atribuição de Números de Polícia no Loteamento do IGAPHE, em Vila Nova de Santo André” -----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André-----

REFERÊNCIA: Informação número doze da Divisão de Ordenamento do Território e Projecto de onze de Janeiro de dois mil e sete.-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha -----

PROPOSTA: Que seja aprovados os números de polícia para o Loteamento do IGAPHE, em Vila Nova de Santo André, uma vez que se encontravam em falta alguns números de polícia em virtude de em alguns dos lotes ser permitida a construção de dois fogos, conforme assinalados na carta anexa, nomeadamente:-----

- Rua de Damão: nºs 3^A, 4^A, 5^A, 6^A, 8^A, 9^A, 10^A, 12^A, 14^A, 16^A e 18^A; -----

- Rua de Diu: nºs 6^A, 7^A, 12^A, 14^A, 18^A, 20^A, 21^A, 22^A, 24^A, 25^A, 26^A, 27 e 28; -----

- Rua da Índia: nºs 16^A, e 18^A; -----

- Impasse à rua de Diu: nºs 1^A e 3^A. -----

FUNDAMENTOS: Nos termos do artigo 64º número 1 alínea v) da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

ENTIDADE: CASA DO POVO DE ALVALADE -----

ASSUNTO: Cedência de terreno para construção de Lar de Idosos e Creche, em Alvalade -----

LOCALIZAÇÃO: Alvalade -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

REFERÊNCIA: Processo nº 03.09-02/2007 do Serviço de Património.-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: 1. Revogar a deliberação da Câmara Municipal de 08-02-2007, por necessidade de alteração da área da parcela a ceder. -----

2. Aprovar a cedência à Casa do Povo de Alvalade de uma parcela de terreno com a área de 3 604,00 m2, devido às exigências do respectivo projecto de arquitectura. -----

3. Efectuar a cedência do terreno a título gratuito, em virtude do mesmo se destinar a equipamento social, sem fins lucrativos e de interesse público. -----

4. Aprovar a celebração do contrato de comodato com a Casa do Povo de Alvalade, conforme documento que em minuta se anexa, o qual é dado como reproduzido na presente acta com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Secretário da reunião. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com o disposto na alínea f) nº 1 do Artº 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e conforme as condições previstas no Regulamento Municipal de Venda de Terrenos em Regime de Propriedade Plena. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade-----

IMPrensa - Tomado conhecimento. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta cada uma das deliberações constantes desta acta nos termos e para os efeitos do artigo noventa e dois, números um a quatro da Lei cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, na redacção da Lei número cinco – A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas onze horas. -----

Desta Reunião se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Chefe de Divisão de Administração Geral e Financeira, exercendo as funções de Secretário-----

O Presidente da Câmara Municipal

O Secretário da Reunião
